

Nísia Trindade Lima
José Paranaguá de Santana
Carlos Henrique Assunção Paiva
Organizadores

SAÚDE COLETIVA

A ABRASCO
EM 35 ANOS
DE HISTÓRIA



APRESENTAÇÃO

A expressão saúde coletiva é empregada, no Brasil, por estudantes, pesquisadores e professores nas universidades, por trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e também por ativistas e atores ligados aos mais variados movimentos sociais. Faz parte do vocabulário de diversos personagens e serve de inspiração para eles. Dessa maneira, o campo da saúde coletiva, depois de uma longa jornada, mantém-se como potente produtor de ideias e sinergias entre todos aqueles que se interessam pela defesa dos melhores patamares de qualidades de vida e saúde para a sociedade.

Ao abrigar diferentes iniciativas no terreno da produção científica e da militância política, a saúde coletiva se coloca também como parte de uma longa trajetória cujas bases remontam aos primeiros debates acerca da reorientação do conceito e das práticas de saúde. Não é à toa que uma das mais atuantes entidades nesse campo é a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que tem em sua matriz original uma inegável preocupação com a renovação do ensino das profissões de saúde e com a defesa de modelos de organização de serviços de saúde mais permeáveis à participação social.

Por essa razão, em seu percurso a instituição também participa de debates e iniciativas em torno de uma agenda de direitos de cidadania, que inclui os chamados direitos de segunda geração e envolve iniciativas no terreno da participação dos cidadãos na riqueza material e na prosperidade coletiva. Os exemplos mais marcantes dessa agenda são acesso à moradia, à educação e à saúde (Carvalho, 2011).

A emergência da Abrasco, em 1979, é por definição um fato histórico. Naquela época, o país experimentava, por um lado, uma visível degradação do tecido social, com a expansão e a radicalização de problemas sociais relacionados à carestia, à fome, às doenças e epidemias. Por outro, vivia uma ditadura que em boa medida tinha sido a responsável pela intensificação daqueles problemas, mas que em fins dos anos 1970 já começava a dar sinais de abertura política e esperança de construção de novos patamares de vida para os brasileiros.

Sua criação tem como contexto a Reforma Sanitária, a qual estava associada a vigorosos movimentos intelectuais que se abrigavam nos centros de pesquisa e ensino. Ao tomarem

como horizonte as políticas nacionais de saúde e de ciência e tecnologia, esses movimentos se lançavam, contra um regime autoritário, na luta pela democracia. São exemplos a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 1976, e de sua revista Saúde em Debate. Nesse contexto também se situa a 1ª Reunião sobre Formação e Utilização de Pessoal de Nível Superior na Área de Saúde Coletiva, realizada em setembro de 1979, iniciativa identificada como um dos marcos da constituição formal da Abrasco (Belisário, 2002; Escorel, 1999; Escorel, Nascimento & Edler, 2005; Teixeira, 1985; Lima & Santana, 2006).

Considerando o cenário latino-americano, a Abrasco emerge num momento em que se desenvolvem perspectivas críticas à abordagem médica tradicional dos problemas de saúde (Arouca, 2003). Nessa conjuntura, por exemplo, encontra-se a pesquisa sobre educação médica na América Latina, coordenada pelo médico e sociólogo Juan César García. Contando com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e da Fundação Milbank, Garcia estimulou, desde a segunda metade dos anos 1960, a criação de cursos de pós-graduação em medicina social em diversos países latino-americanos. Iniciava-se, em termos continentais, uma vigorosa revisão das abordagens predominantes em centros universitários e institutos de saúde pública no Brasil e nas Américas. Sob o impulso renovador dessas orientações internacionais, foi criado, no Rio de Janeiro, em 1973, o primeiro curso de medicina social no continente – no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj) (Escorel, 1999; García, 1972; Nunes, 1985, 1994; Lima & Santana, 2006).

Nessa mesma época, o governo Geisel (1974-1978) fixava uma série de políticas nacionais concomitantes à implantação do chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Segundo Escorel (1999), tal iniciativa abria espaços político-institucionais favoráveis a uma reforma na saúde. Nesse cenário, o setor Saúde do Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CNRH/Ipea), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde da Opas (PPREPS/Opas) revelaram-se essenciais para a institucionalização das discussões e iniciativas afinadas com os ideais progressistas na saúde (Escorel, 1998).

No fim da década de 1970, podia-se constatar uma série de perspectivas distintas – tanto no plano teórico como no político – que convergiam para um virtuoso processo de institucionalização da abordagem da saúde coletiva no Brasil. A base acadêmica desse campo se consolidava, ainda que de modo incipiente, com os cursos de pós-graduação em saúde coletiva que, naquele momento, encontravam-se nos campi de São Paulo e Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), no IMS/Uerj, na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), na Universidade Federal da Bahia (Ufba) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Lima & Santana, 2006).

A despeito do reconhecido protagonismo dessas experiências, elas não foram as únicas que ao longo do tempo colaboraram para a emergência e a consolidação da abordagem da

saúde coletiva no país. Compreender as origens acadêmicas da Abrasco exige uma incursão em uma série de empreendimentos que, em razão dos limites desta apresentação, não poderiam ser contemplados inteiramente. De todo modo, não é possível deixar de mencionar o Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB) que desenvolveram importantes iniciativas. Esses e outros espaços, em um longo período de impulso e amadurecimento das ideias de renovação teórica e das práticas em saúde, também acabariam por desaguar nos diferentes fóruns de debates sobre projetos e teses que viriam, mais tarde, a ganhar notável visibilidade na 8ª Conferência Nacional de Saúde. Realizada no início da Nova República, a conferência incluiu em seu temário três questões essenciais principais: 1) a saúde como dever do Estado e direito do cidadão; 2) a reformulação do Sistema Nacional de Saúde; e 3) o financiamento setorial, dando relevo às relações entre saúde e democracia, tal como desenhada por pensadores da saúde, profissionais, usuários e movimentos sociais (Lima & Santana, 2006).

A ação de organizações como o Cebes e a Abrasco, a partir daí, molda-se pelas questões apresentadas no campo dos direitos sociais, da justiça e da democracia. A Abrasco, juntamente com outros parceiros, passa a exercer um papel de destaque na produção de orientações e na articulação de ideias, propostas e políticas no campo da saúde pública nacional e também latino-americana.

Chega, portanto, em sua maturidade com expertise acumulada, fruto de um aprendizado institucional de três décadas e meia nos campos da ação política e da produção científica. Sua ação política virtuosa foi possível também pelas circunstâncias políticas e ideológicas dos diferentes contextos em que prestaria suas contribuições, bem como pela solidez do trabalho no terreno da ciência, que desde o início a constituiria.

Na ocasião das discussões sobre os 25 anos do SUS, a Abrasco considerou importante a edição de um livro que recuperasse os principais marcos das ações políticas pertinentes ao conjunto das ações e atividades da associação, independentemente dos recortes disciplinares e temáticos que definem suas comissões e grupos temáticos (GTs). Manteve-se aqui, dessa forma, uma relativa continuidade do que se havia publicado em 2006, na coletânea Saúde Coletiva como Compromisso: a trajetória da Abrasco (Lima & Santana, 2006). Chegou-se à conclusão da relevância de um novo livro em um momento de intenso debate sobre os rumos da Reforma Sanitária e do SUS, do qual participaram a Abrasco, o Cebes, o Conselho Nacional de Saúde e diferentes atores institucionais.

A universalização da atenção à saúde ou, mais precisamente, das estratégias para alcançá-la se encontra no centro dessas discussões. Em uma situação de crise econômica, de incapacidade de financiamento público e de déficit de legitimidade do Estado de Bem-Estar Social, a saúde como direito de cidadania e, sobretudo, as formas para alcançá-lo não são assuntos consensuais. Isso fica ainda mais evidente quando a Organização Mundial da

Saúde (OMS) coloca a cobertura universal como foco central dos sistemas de proteção. Mesmo no Brasil, em que, desde 1988, a universalidade do acesso à saúde é um dos princípios constitucionais, não estão asseguradas as formas de atingi-la, principalmente no que se refere à necessidade de combinar acesso e equidade.

Assim, reforçou-se o entendimento de que não se ampliará a capacidade do SUS de gerar respostas aos problemas de saúde da população sem superar os graves limites do seu financiamento. O Brasil é o único país com sistema público de saúde universal em que os gastos privados são superiores aos gastos públicos. Enquanto o gasto público no Brasil representa em torno de 45% do total despendido, em outros países com sistemas universais, a exemplo de Cuba, Canadá e Inglaterra, essa proporção não é inferior a 70%.

Motivada pelo problema do financiamento e aproveitando a ocasião da comemoração de 20 anos da 1ª Conferência de Ciência e Tecnologia em Saúde, a Abrasco se posicionou institucionalmente sugerindo um alinhamento, considerando a supremacia do interesse público, das políticas industrial, de saúde e de ciência, tecnologia e inovação, de modo que todas contribuíssem, simultaneamente, para o desenvolvimento social. Isso potencialmente resultaria em crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e melhoria da saúde e da qualidade de vida. Portanto, foi com base em uma reflexão crítica sobre o SUS e seu papel na construção democrática do país que tiveram início as comemorações dos 35 anos da Abrasco e a elaboração deste livro, que ora trazemos a público.

Uma obra voltada para tão importantes e amplas agendas e compromissos exigiu opções claras por parte de seus organizadores e todos aqueles que participaram das discussões em torno do projeto editorial. Em conjunto, decidimos privilegiar os grandes eixos da política da Abrasco, sem assim investir na abordagem das diferentes áreas temáticas que organizam os trabalhos dos seus associados. Reconhecemos, portanto, que a intensa vida da associação é, sem dúvida, mais rica e multifacetada do que o livro pode apresentar, mas estamos convencidos que esta publicação é capaz de oferecer uma visão fidedigna e relevante das ações de todas as áreas e da própria diversidade da atuação da Abrasco.

O primeiro encontro com o objetivo de discutir o projeto editorial foi realizado nas dependências do Instituto de Saúde Coletiva da Ufba, em maio de 2014 e teve como mote e ponto de partida as comemorações dos 35 anos da Abrasco. A emocionante cerimônia que marcou, formalmente, o aniversário da Abrasco aconteceu na sede da Opas, em Brasília, em setembro do mesmo ano. Nesse encontro, parte expressiva dos fundadores da associação retornava ao ponto de origem da trajetória da organização por eles fundada. Ali eles nos brindaram com pertinentes depoimentos sobre a agenda da entidade, cuja reprodução editada está em "A Abrasco em perspectiva: olhares dos presidentes". A ocasião foi também oportuna para a segunda sessão de debates sobre o livro. Tanto o encontro de Salvador quanto o de Brasília foram fundamentais para a definição de nossos objetivos e para a estruturação desta obra.

Agradecemos muito o companheirismo e a dedicação de Anamaria Testa Tambellini, Antônio Ivo de Carvalho, Carlos Silva, José da Rocha Carvalheiro, Eduarda Ângela Pessoa Cesse, Isabella Pinto, Jairnilson Paim, José Noronha, Ligia Vieira-da-Silva, Luis Eugenio Portela, Maria Amélia de Sousa Mascena Veras, Maria Inês Rodrigues Fernandes, Moisés Goldbaum, Rita Barradas Barata, Soraya Almeida Belisário e Thiago Barreto.

O volume de documentos mobilizados durante o trabalho de pesquisa para produção deste livro foi surpreendente. A imersão nos arquivos da própria associação, da Ensp, do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC) da Fiocruz e de outros parceiros revelou uma variedade de materiais que imediatamente estimulou a equipe a contar essa história também por meio de imagens. Elas compõem um caderno, após os capítulos, intitulado “A Abrasco em imagens”, que compartilha do mesmo objetivo geral da obra: contar a história de uma associação científica que se destacou pela contribuição científica e pelo papel político desempenhado na construção de políticas de saúde e na organização de um renovado sistema de saúde no Brasil.

Diferentemente da obra publicada em 2006, nesta coletânea não há capítulo sobre as comissões e grupos de trabalho, em razão de sua ampliação nas últimas décadas e do importante trabalho editorial que vêm realizando.

Uma trajetória institucional que, longe de ser uma mera coleção de fatos sobre um organismo que abriga sanitaristas, constitui-se em uma parte importante da história da ciência e das políticas sociais no Brasil. O vigor dessa jornada, como mostramos, tem muita relação com os movimentos mais amplos, definidos em escala internacional, sobretudo com a emergência da chamada medicina social latino-americana.

Para narrar essa história, em suas múltiplas dimensões e interfaces, contamos com estudiosos que, ainda que sejam aqui analistas, fazem também parte da própria história da Abrasco.

Abre o livro o capítulo assinado por Ligia Maria Vieira-da-Silva, “Gênese sócio-histórica da saúde coletiva no Brasil”, um cuidadoso trabalho em que a autora nos estimula a pensar, segundo a acepção de campo de Pierre Bourdieu, sobre a existência de um campo da saúde coletiva no Brasil. Um texto que permite, por intermédio de ricas entrevistas, aquilatar o processo de constituição de uma área de conhecimento habitada por múltiplos empreendedores, diferentes perspectivas, variados aportes teóricos e doutrinários. Ao término do capítulo, fica a nítida sensação de que o caminho trilhado foi o correto, mas, ao mesmo tempo, de que há muito ainda a ser percorrido.

Na sequência, Carlos Henrique Assunção Paiva e Cristina Maria Oliveira Fonseca, em “A Abrasco na construção do SUS (1979-1990): ação política na saúde”, discutem o papel da associação nos diferentes espaços de disputa e luta política que, no fim da década de 1980, acabariam por consagrar o direito à saúde em âmbito constitucional. Uma luta que, como demonstram os autores, não se daria por encerrada, uma vez que desde então a associação e

outros atores se empenham em garantir, em termos concretos, o que foi assegurado na carta constitucional. Deparamo-nos aqui com uma Abrasco lutadora e aguerrida.

“A Abrasco e os anos de chumbo: a Comissão da Verdade no campo da saúde”, de Anamaria Testa Tambellini, Carlos Botazzo, Guilherme Chalo Nunes e Paulo Buss, não segue caminho diferente. O capítulo relembra o tenebroso tempo da ditadura militar brasileira e revela tanto a luta empreendida por muitos agentes da saúde coletiva, em prol de melhorias das condições de vida e da reinstauração da democracia no país, quanto a perseguição, muitas vezes mortal, que eles sofreram. É um texto que faz refletir sobre as conquistas definidas pelo avanço da democracia, mas, ao mesmo tempo, não deixa de colocar à mesa os desafios postos por um legado ideológico e, muitas vezes, institucional, contrário à sua consolidação e radicalização.

Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Márcia Furquim de Almeida, Moisés Goldbaum e José da Rocha Carvalheiro assinam “A Abrasco faz ciência e avança em conhecimentos: contribuições da Ciência & Saúde Coletiva e da Revista Brasileira de Epidemiologia”. Os autores focalizam grandes veículos de divulgação e disseminação de conhecimento da associação, periódicos que a cada número revelam o compromisso dos estudiosos do campo com questões que envolvem tanto os problemas de saúde mais prevalentes quanto as que causam impacto na eficiência e no alcance do sistema de saúde brasileiro. Ciência & Saúde Coletiva e Revista Brasileira de Epidemiologia têm acesso aberto e permitem que o conhecimento produzido chegue facilmente não só aos associados da organização, mas também a todos os interessados nas temáticas da saúde coletiva brasileira.

O capítulo seguinte, de Soraya Almeida Belisário, “Congressos da Abrasco: a expressão de um espaço consolidado”, remete aos principais espaços de trocas de conhecimento, ideias e produção de sinergias entre os integrantes da associação e a sociedade. A grandeza dos encontros da Abrasco impressiona, mas suas repercussões e seu legado é que são verdadeiramente dignos de destaque. Alguns congressos da Abrasco serviram de fóruns de discussão e tomada de posicionamento político fundamental na construção da saúde pública brasileira.

Isabela Pinto e Jairnilson Paim, em “A Abrasco e a experiência da graduação em saúde coletiva”, fazem um interessante balanço acerca dos cursos de graduação na área. Longe de ser uma preocupação recente da associação, a ideia de formação de quadros de nível superior em saúde coletiva estava, por assim dizer, na agenda original da Abrasco. Ainda que não fosse o período considerado adequado para a implantação de cursos de graduação, no início dos anos 1980 as discussões sobre a sua pertinência e importância já estavam em fóruns e reuniões da associação. Mais que uma oportunidade para estudantes compreenderem o processo que culminou na abertura de cursos de ensino superior na área, o capítulo permite conhecer o processo de desenvolvimento e consolidação da saúde coletiva no Brasil, bem como o papel desempenhado pela Abrasco em mais esse empreendimento bem-sucedido e estratégico para a consolidação do SUS.

Em “Os cursos lato sensu na formação em saúde coletiva: evolução histórica e desafios contemporâneos”, Tânia Celeste Matos Nunes, Terezinha de Lisieux Quesado Fagundes e Catharina Leite Matos Soares caracterizam os chamados cursos lato sensu, em suas diferentes modalidades, como espaços apropriados para a introdução das inovações estabelecidas pelas políticas e práticas de saúde. Cursos que ganharam uma boa recepção entre gestores e trabalhadores operacionais do SUS e que sempre encontraram na ação da Abrasco, ao longo do tempo, uma vigorosa haste de apoio. Exemplo mais recente do protagonismo da associação nesse terreno está na iniciativa da criação da Agência de Acreditação Pedagógica (AAP) dos cursos lato sensu em saúde pública, como uma proposta de gestão da qualidade desses cursos.

“A Abrasco e a pós-graduação stricto sensu em saúde coletiva”, de Rita Barradas Barata, relata minuciosamente o processo de construção e fortalecimento da pós-graduação em saúde coletiva. Processo que, por motivos eminentemente históricos, confunde-se com a criação e a trajetória da associação. Não por acaso, a Abrasco nasceu, no fim dos anos 1970, como uma associação de pós-graduação. O trabalho cuidadoso de recuperação desse dinamismo, mais do que oferecer erudição ao leitor, lança importantes luzes sobre percurso da organização e o futuro da pós-graduação em saúde coletiva no Brasil.

Seguindo o caminho traçado por Rita Barata, no capítulo seguinte, “A Abrasco e a experiência dos mestrados profissionais”, Eduarda Ângela Pessoa Cesse e Maria Amélia de Sousa Mascena Veras destacam como esta modalidade de curso, ao contrário da pós-graduação stricto sensu, é fruto de um movimento recente em que a Abrasco, mais uma vez, foi protagonista. As autoras assinalam a importância dos mestrados profissionais tanto para o fortalecimento do campo da saúde coletiva quanto para o apoio às políticas de saúde e ao sistema de saúde vigentes. Estamos aqui diante, portanto, de mais um empreendimento em que a associação revela e renova seus compromissos com a formação de quadros e com o fortalecimento do sistema de saúde brasileiro.

Em seu capítulo “Abrasco na construção de uma agenda internacional em saúde”, Alvaro Hideyoshi Matida e Paulo Buss passam em revista a trajetória da associação procurando capturar a forma como a associação contribuiu para a consolidação das propostas defendidas pela saúde coletiva brasileira em um cenário internacional. Nessa linha, os eventos organizados pela Abrasco evidenciam que alguns integrantes da associação desempenharam papel de destaque não apenas na construção do prestígio científico internacional da associação brasileira, mas especialmente no necessário engendramento de uma rede internacional de apoio a ideias e propostas em defesa da saúde pública, compartilhadas por muitos atores globais. Eis uma tarefa – chamam a atenção Matida e Buss – que, tal como outras, está por exigir a atenção dos pesquisadores e militantes do campo em uma agenda contemporânea e futura.

Em “Trajetórias recentes da Abrasco: fazendo o ‘por fazer’”, capítulo assinado por Luis Eugenio Portela Fernandes de Souza, Carlos dos Santos Silva, Alvaro Hideyoshi Matida e José da Rocha Carvalheiro, os autores fazem um balanço da trajetória recente da associação, além

de identificar tendências de atuação com base em uma leitura não só da realidade setorial da saúde, mas também do cenário social, político e econômico do Brasil nos últimos dez anos. Trata-se de um período de importantes conquistas no cenário social e econômico brasileiro, graças às melhorias das condições gerais de vida de milhões de cidadãos. No entanto, a realidade contemporânea também nos apresenta desafios importantes para o enfrentamento da terrível desigualdade social que ainda nos preocupa, assim como para a manutenção do desenvolvimento econômico e social que permitirá, concretamente, a melhoria sustentável do nível de vida da maioria dos brasileiros. Embora os desafios sejam muitos, este capítulo assinado pelos abrasquianos não esconde a vontade de enfrentá-los seja pela intensificação das atividades e contribuições científicas da associação, seja por intermédio da luta política que tem também caracterizado a vida da Abrasco.

Consta também desta publicação, uma cronologia revista e atualizada acerca da trajetória da associação desde a sua fundação até o fim de julho de 2015, momento que coincide com a realização do seu congresso nacional. Sem a pretensão de esgotar exaustivamente o registro dos fatos e iniciativas mais importantes da entidade, “A Abrasco em retrospectiva” permite visualizar aqueles momentos, empreendimentos e realizações que constituíram a Abrasco tal como a conhecemos hoje, um organismo, em certa medida, híbrido que, ao combinar o rigor científico e ação política, coloca-se, atualmente, como um dos mais importantes atores em defesa do SUS e da saúde pública no Brasil.

Saúde Coletiva: a Abrasco em 35 anos de história, livro que procura dar conta do percurso de uma instituição tão pujante e com uma história que soma tantos anos, está sujeito inevitavelmente à parcialidade. Nossa capacidade de registro e compreensão da realidade é limitada. Tal fato, contudo, longe de nos desestimular, ao contrário, nos animou desde o início a nos aproximar, com a máxima fidedignidade possível, de uma realidade que, em certo sentido, é pretérita. Apesar de, em outro sentido, ainda se fazer presente e pulsante nos pensamentos e ações de seus associados, que, depois de mais de três décadas, entendem que o caminho é pela construção de uma sociedade mais solidária, justa e democrática.

O processo de construção deste livro legou dívida e gratidão com muitas pessoas e instituições. Gostaríamos de agradecer aos autores dos capítulos pela contribuição e dedicação ao projeto editorial. Agradecemos pela cessão de imagens às coordenações dos GTs Saúde do Trabalhador; Vigilância Sanitária; Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva; Educação Popular em Saúde; Promoção da Saúde; Saúde Bucal Coletiva; Avaliação; Racionalidades Médicas; Saúde e Ambiente; Educação e Trabalho em Saúde; Saúde Mental e Informação em Saúde e População. À Abrasco, à hemeroteca da revista Radis – com especial colaboração de Jorge Ricardo Pereira –, às pesquisadoras Soraya Belisário e Maria Cecília de Souza Minayo, bem como a toda a equipe de Ciência & Saúde Coletiva e da Revista Brasileira de Epidemiologia, agradecemos igualmente pela cessão de imagens que compõem este livro.

Nossos agradecimentos pelo trabalho de digitalização de imagens realizado pelos profissionais do Departamento de Arquivo e Documentação da COC/Fiocruz, em especial a Vinícius Pequeno; também a Nelson Nascimento e a Cléber Caldeira, da Secretaria do Departamento de Pesquisa da COC/Fiocruz pelo apoio na digitalização dos materiais vindos da Abrasco.

O cuidadoso trabalho de identificação das fotografias e de seus retratados devemos a Fernando Pires-Alves, Alvaro Hideyoshi Matida, João Carlos Canossa Mendes e Paulo Amarante.

A todos e todas, nossos agradecimentos.

Os organizadores

REFERÊNCIAS

- AROUCA, S. O Dilema Preventista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp, Editora Fiocruz, 2003.
- BELISÁRIO, S. A. Associativismo em Saúde Coletiva: um estudo da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco, 2002. Tese de Doutorado, Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- CARVALHO, M. A. R. Cidadania e direitos. In: BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCOREL, S. Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- SCOREL, S.; NASCIMENTO, D. R. & EDLER, F. C. As origens da Reforma Sanitária e do SUS. In: LIMA, N. T. et al. (Orgs.). Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Opas, 2005.
- GARCÍA, J. C. La Educación Médica en América Latina. Washington, D.C.: Opas, 1972.
- LIMA, N. T. & SANTANA, J. P. (Orgs.). Saúde Coletiva como Compromisso: a trajetória da Abrasco. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Abrasco, 2006.
- NUNES, E. D. As Ciências Sociais em Saúde na América Latina: tendências e perspectivas. Brasília: Opas, 1985.
- NUNES, E. D. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. Saúde e Sociedade, 3(2): 5-21, 1994.
- TEIXEIRA, S. M. F. As ciências sociais em saúde no Brasil. In: NUNES, E. D. (Org.). As Ciências Sociais em Saúde na América Latina: tendências e perspectivas. Brasília: Opas, 1985.